

ANEXO 9

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

BASE LEGAL E FINALIDADE

Esta declaração atende ao disposto no item 13.2.3 do Termo de Referência nº 047/2026, que exige a comprovação de que um doze avos (1/12) da soma dos valores anuais dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data de apresentação da proposta, não é superior ao seu patrimônio líquido. A exigência fundamenta-se no art. 69, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e tem por finalidade aferir a capacidade econômico-financeira da licitante para absorver a totalidade de seus compromissos contratuais vigentes sem comprometimento da sua solvência.

1. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço completo:	
Representante Legal:	
CPF do Representante:	
Cargo / Função:	
Contador Responsável:	
CRC nº / UF:	

2. DECLARAÇÃO

A empresa identificada acima, por seu representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico ESMPU nº ____/2026, que:

- A soma dos valores anuais de todos os contratos por ela firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data de apresentação desta proposta, é aquela indicada na tabela de Relação de Contratos Vigentes constantes deste Anexo.
- Um doze avos (1/12) da referida soma não excede o patrimônio líquido da empresa apurado no último exercício social, conforme demonstrado na tabela de Verificação do Índice de Comprometimento do Patrimônio Líquido.
- As informações prestadas são verdadeiras e correspondem fielmente aos registros contábeis da empresa, e que está ciente de que a falsidade das declarações configura crime previsto no art. 299 do Código Penal e infração passível das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

3. RELAÇÃO DE CONTRATOS VIGENTES NA DATA DA PROPOSTA

RELAÇÃO DE CONTRATOS VIGENTES NA DATA DA PROPOSTA					
Incluir todos os contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data de apresentação da proposta, independentemente do objeto. Adicionar linhas conforme necessário.					
Nº	Contratante	Objeto (descrição sumária)	Valor anual (R\$)	Início	Término
1					
2					
3					
4					

5					
6					
7					
8					
9					
10					
SOMA DOS VALORES ANUAIS DOS CONTRATOS VIGENTES (A)					R\$

4. VERIFICAÇÃO DO ÍNDICE DE COMPROMETIMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

VERIFICAÇÃO DO ÍNDICE DE COMPROMETIMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
(A) Soma dos valores anuais dos contratos vigentes	R\$
(B) Um doze avos de (A) → $B = A / 12$	R\$
(C) Patrimônio Líquido da licitante (último exercício social)	R\$
(D) Receita bruta total constante da DRE do último exercício social	R\$
Condição de atendimento: $B \leq C$ (1/12 dos contratos $\leq$ Patrimônio Líquido)	() ATENDIDO () NÃO ATENDIDO
Caso a diferença entre o valor declarado em (A) e a receita bruta discriminada na DRE (D) seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, apresentar justificativa no campo abaixo ou em folha separada devidamente identificada.	
Justificativa (se aplicável):	

5. DOCUMENTOS OBRIGATORIAMENTE ANEXADOS A ESTA DECLARAÇÃO

- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, devidamente assinada pelo contador responsável com indicação do CRC.
- Justificativa fundamentada, caso a diferença entre o valor total declarado em (A) e a receita bruta constante da DRE supere 10% (dez por cento), para mais ou para menos.

6. ASSINATURAS

Brasília/DF, _____ de _____ de 2026.

Representante Legal – Nome completo: _____

Cargo / Função: _____

CPF: _____._____._____ - ____

Contador Responsável – Nome completo: _____

CRC nº _____ / _____

CPF: _____._____._____ - ____

ATENÇÃO: Esta declaração deve ser assinada pelo representante legal com poderes específicos constantes do ato constitutivo ou de procuração, e pelo contador com registro ativo no CRC. A ausência de qualquer dos documentos relacionados no item 5, ou a constatação de divergência superior a 10% sem justificativa, poderá ensejar a inabilitação da licitante nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.